

# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE PORTO RICO - PR

De acordo com a Lei Municipal nº 940/2011			
Porto Rico - Pr, segunda-feira, 2 de julho de 2018	Ano I	Edição nº 259	Pág. 1
ATOS DO PODER EXECUTIVO			

**Diário Oficial Eletrônico do Município de Porto Rico**

Lei Municipal nº 940/2011, de 14 de dezembro de 2011.

**Evaristo Ghizoni Volpato**

Prefeito Municipal

**Secretaria**

Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital.

Avenida João Carraro, 557

**CEP:** 87950-000

**Fone:** (044)3427-1223

**Porto Rico - PR**

Email: [diariooficial@portorico.pr.gov.br](mailto:diariooficial@portorico.pr.gov.br)

Site: [www.portorico.pr.gov.br](http://www.portorico.pr.gov.br)

### **EXTRATO DO CONTRATO 39/2018**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2018**

**OBJETO:** *“SOFTWARE PARA ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E MEDIÇÃO DE OBRAS INCLUINDO BASES DE CUSTOS E COMPOSIÇÕES DE PREÇOS E MÓDULOS DE LEVANTAMENTOS DAS QUANTIDADES ATRAVES DE DWG”.*

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO – PR  
Secretaria Municipal de Administração

**CONTRATADO:** **MULTIPLUS APOIO ADMINISTRATIVO - EIRELI**, CNPJ/MF: **14.748.386/0001-29**, estabelecida Praça da Republica, 386, Andar 6, Conjuntos 62 e 63, Bairro Republica, CEP 01.045-000, do município de São Paulo-SP.

**VALOR:** R\$ 2.904,00 (Dois mil e novecentos e quatro reais).

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses.

**BASE LEGAL:** 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**ORIGEM DO RECURSO:**

050041545100132028 Gestão da Atividades da Divisão de Obras

Ficha – 209

3.3.90.30.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica

Porto Rico, Estado do Paraná, aos 29 de Junho de 2018

**EVARISTO GHIZONI VOLPATO**  
Prefeito Municipal

**DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE**

A Prefeitura Municipal de Porto Rico dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.portorico.pr.gov.br](http://www.portorico.pr.gov.br)

# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE PORTO RICO - PR

De acordo com a Lei Municipal nº 940/2011			
Porto Rico - Pr, segunda-feira, 2 de julho de 2018	Ano I	Edição nº 259	Pág. 2
ATOS DO PODER EXECUTIVO			

### DECRETO Nº 3151/2018

EVARISTO GHIZONI VOLPATO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO RICO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O PARECER DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO,

### DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o ato de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 18/2018, de 02 de Julho de 2018, com fundamento no inciso XX do art. 24, da Lei nº 8.666/93, ou seja, “**DISPENSA**”, em favor do proponente: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE “ELVIRA PIGOLI CRESPILO”**, CNPJ/MF: 78.844.479/0001-30, estabelecida AVENIDA SÃO PAULO, 399, CEP 87955-000 do município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná para o Fornecimento do Objeto denominado: “**É a seleção de propostas para a celebração de parceria com a(o) entidade que Oferte a Escolarização e Atendimento educacional Especializado para estudantes com deficiência Intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, por intermédio da Prefeitura Municipal, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC)**” no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme a solicitação do encarregado pelo setor, sendo processo administrativo devidamente aprovado pelo departamento jurídico.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Rico, 02 de Julho de 2018.

Registre-se e Publique-se

EVARISTO GHIZONI VOLPATO  
Prefeito Municipal

# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE PORTO RICO - PR

De acordo com a Lei Municipal nº 940/2011

Porto Rico - Pr, segunda-feira, 2 de julho de 2018

Ano I Edição nº 259

Pág. 3

### ATOS DO PODER EXECUTIVO



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificadas credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.